

A Internet como Meio de Acessibilidade Informacional para o Deficiente Visual

Bianca Didoni*

Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho (Unesp)

Resumo: Vivemos em uma sociedade, com muitas leis e poucas iniciativas públicas e privadas que surtam efeito. Na área trabalhista, por exemplo, a Lei de Inclusão Social, aprovada em 2004, obriga as empresas com mais de cem funcionários a destinar de 2% a 5% das vagas para os deficientes, porém, ele se depara muitas vezes com o preconceito por parte dos colegas e infra-estrutura insuficiente.

Na comunicação não é diferente, diversas leis falam de acessibilidade, o que envolve o dia-a-dia dessa pessoa, nos diversos setores da vida. Comprar, se divertir, trabalhar, nada disso seria possível sem se comunicar. Saber o que acontece ao seu redor, saber discutir e argumentar proporciona um crescimento pessoal, lutar pelos seus direitos, com propriedade do assunto, para que muitas das leis que só estão no papel sejam efetivamente cumpridas.

Um mundo globalizado, mas ao mesmo tempo individualizado, pede um mercado de publicações segmentadas. Portanto, vamos fazer algumas observações no processo de comunicação a esse nicho específico do mercado: o deficiente visual, que no decorrer do trabalho será designado pelas siglas D.V.

Palavras-chave: acessibilidade; comunicação; internet; deficiente visual

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Unesp Campus Bauru – biancadidoni@hotmail.com

Introdução

A proposta do artigo é observar a necessidade de informação dos deficientes visuais no Brasil. E também, despertar em todos que tomarem conhecimento desse artigo, a consciência da importância de analisar os novos mecanismos para facilitar a vida em sociedade.

No primeiro capítulo, demonstra que a comunicação se apresenta como essencial a vida do ser humano em sociedade. Ao realizar as diversas tarefas do dia-a-dia, é necessário que nos comuniquemos, seja para comprar pão na padaria, para acordar os filhos para irem à escola, para pedir um aumento para o chefe, para discutir a novela das 8, para expressar as opiniões sobre determinado assunto entre outras coisas, a comunicação é imprescindível. Ainda neste capítulo, foi elencado as dificuldades que o D.V. enfrenta para se informar nos meios convencionais como TV, rádio e impresso, visto a importância e o peso que a informação tem na sociedade atual.

Já no segundo capítulo, foi tratada a importância do jornalismo na disseminação da informação, do conhecimento, da construção de um sentido crítico. Ele abre os olhos da população para assuntos que estão acontecendo e podem impactar direta ou indiretamente em suas vidas, o que coloca como fundamental ao ser humano.

No terceiro capítulo foi percorrido as leis e garantias que o deficiente tem para se informar mas quando a fiscalização é falha e o jogo de interesses impera quem sai prejudicada é o próprio sujeito que a lei busca resguardar.

Para concluir, o quarto capítulo, mostra a realidade dos deficientes visuais diante dos Meios de Comunicação. Independente da deficiência que cada um tenha, sempre haverá uma forma para ela se comunicar, seja através da escrita braille, da fala e do áudio para o D.V., ou pela linguagem dos sinais para os surdos-mudos, ou seja, através de adaptações do código e do meio, qualquer mensagem pode ser passada levando-se em conta o emissor e o receptor. Cada um tem mais ou menos dificuldades, e nesse ponto a tecnologia tem papel fundamental para facilitar esse processo.

1 Comunicação Social e o Deficiente Visual

Muitos são os autores que definiram a comunicação humana, e nessa variedade de definições se repete algo essencial da comunicação: sua complexidade. A comunicação humana é um processo constante e ativo que se distingue da comunicação animal por seu conteúdo simbólico, isto é, as pessoas são capazes de compreender, interpretar, elaborar e modificar signos e símbolos. A comunicação está presente na vida em sociedade, é impossível não se comunicar. Mesmo quando calados apenas observando, estamos emitindo uma mensagem para quem nos cerca.

Comunicação provém de comunhão: Comum união. Por ela, compreender o processo da comunicação resulta fundamentalmente na compreensão de todo processo do fenômeno social, pois é nele que se mostra comum a individualidade, histórias, sentimentos, valores, modo de ver o mundo e circunstâncias das pessoas que fazem a sociedade. “A comunicação não existe por si mesma, como algo separado na vida em sociedade.” (Bordenave, 2006, p.16). E essas pessoas cada vez que se comunicam, fazem uma comum união de toda essa informação, ou seja, as mensagens que circulam diariamente, em qualquer lugar de qualquer sociedade do mundo. “A comunicação confunde-se com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos. A comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social” (Bordenave,2006, p.19).

A evolução dos meios comunicacionais trouxe para sociedade uma possibilidade de comunicação e de autonomia pessoal. Estas tecnologias devem, portanto estar disponíveis ao maior número possível de cidadãos, evitando-se, assim, a exclusão social. Para formarmos uma sociedade informacional é necessária a implantação de uma política de inclusão para promover a interação ao acesso à informação de todos os cidadãos, de acordo com suas especificidades. Neste caso, o trabalho abordará a comunicação com deficientes visuais¹. A deficiência é uma palavra que carrega limitações, incapacidade e preconceitos. Há relatos, desde os tempos bíblicos, de que a cegueira era considerada uma espécie de castigo por algum ato maligno ou simplesmente estava no destino, só podendo ser revertida por Deus. Alguns exemplos

¹ Deficiente Visual- aqueles que possuem uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão. Que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber a cor, tamanho, distância, forma, posições ou movimento em um campo mais ou menos abrangente através do sentido da visão.

de cegueira auto-infligida nessa época são os casos de Santa Luzia, padroeira dos cegos e doentes dos olhos, e São Triduana e São Medana, padroeiros da oftalmologia.

As grandes guerras fizeram com que os deficientes fossem vistos de outra forma. Com tantas pessoas mutiladas, cegas e surdas retornando ao lar, paternalmente foram sendo reinseridas na sociedade. Mais tarde, com a Declaração dos Direitos Humanos passou a ser considerado um direito da pessoa deficiente. E com a evolução tecnológica, muito foi feito, mas ainda falta muito para se fazer para melhorar a acessibilidade a todos os setores da sociedade, inclusive à informação.

A pessoa que enxerga estabelece uma comunicação visual com o mundo exterior, ou seja, desde os primeiros meses de vida, a criança se desenvolve com a possibilidade de acompanhar o movimento das pessoas e dos objetos sem sair do lugar. Ela absorve uma quantidade imensa de informação sobre o mundo que a cerca, o que por sua vez, a estimulará a olhar para tudo o que está a sua volta. A visão é um dos sentidos mais importante para o desenvolvimento no que refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou de um ambiente. É o elo que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado.

Os sentidos têm as mesmas características e potencialidades para todas as pessoas. As informações tátil, auditiva, sinestésica e olfativa são mais desenvolvidas pelas pessoas cegas, porque elas recorrem a esses sentidos com mais frequência para decodificar e guardar na memória as informações. Sem a visão, os outros sentidos passam a receber informações de forma fragmentada. A audição desempenha um papel relevante na seleção e codificação dos sons que são significativos e úteis. A habilidade de atribuir significado a um som sem perceber visualmente a sua origem é difícil e complexa.

O sistema háptico é o tato ativo, constituído por componentes cutâneos e sinestésicos, através dos quais impressões, sensações e vibrações detectadas pelo indivíduo são interpretadas pelo cérebro e constituem fontes valiosas de informação. As retas, as curvas, os volume, a rugosidade, a textura, a densidade, as oscilações térmicas e dolorosas, entre outras, são propriedades que geram sensações táteis e imagens mentais importantes para a comunicação, a estética, a formação de conceitos e de representações mentais. Os Deficientes Visuais, D.V., tem um elo de comunicação desde 1825, criado por Louis Braille, o sistema Braille que é conhecido universalmente

como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A combinação dos pontos é obtida pela disposição de seis pontos básicos, organizados em duas colunas verticais com três pontos à direita e três à esquerda de uma cela básica denominada cela Braille. A escrita Braille é realizada por meio de uma reglete e punção ou de uma máquina de escrever braile. A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas Braille dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana. O punção é um instrumento no formato de uma pêra, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela Braille. A escrita em relevo e a leitura tátil baseiam-se em componentes específicos no que diz respeito ao movimento das mãos, adequação da postura e manuseio do papel. Cada pessoa desenvolve processos particulares de codificação que formam imagens mentais. A habilidade para compreender, interpretar e assimilar a informação será ampliada de acordo com a pluralidade das experiências, a variedade e qualidade do material, a clareza, a simplicidade e forma como o comportamento exploratório é estimulado e desenvolvido.

1.1 Dificuldades ao acesso de informação

A linguagem, a comunicação e as múltiplas formas de expressão cultural ou artística constituem-se de imagens e apelos visuais cada vez mais complexos e sofisticados. Os conteúdos e veículos de comunicação como jornal, revista, televisão e internet privilegiam a visualização, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números. Cada vez mais a sociedade de massa tende para a informação visual, as pessoas querem apenas fazer a leitura de imagens, tanto é, que um dos veículos tradicionais de informação, o “jornal”, passou por várias estruturações quanto seu modelo de ortografia e textos, para que cada vez mais a visualização de textos seja enxuta em um acúmulo maior de imagens e símbolos, para você saber sobre o fato descrito. Além, do D.V. não conseguir fazer a leitura visual de textos, muitas vezes, as imagens mostram o que de fato está relatado. E o deficiente visual, fica limitado a esses veículos.

A dificuldade que o D.V. tem para assimilar o que não está vendo, transforma o som no principal recurso para que ele entenda e interprete as mensagens. O som é responsável pela criação do que Jackson Saboya (2001, p. 20) chama de “imagem acústica [...] .A imagem acústica [...] é a imagem criada pela nossa imaginação, depois

de ouvirmos um som que nos ‘ligue’ a um referencial de tempo, modo, espaço ou ambiência”. O problema é quando sua interpretação está errada por vários motivos, crenças, valores, vivência, todos nós podemos tirar conclusões falhas em determinado assunto, portanto para os D.V. fica ainda mais difícil sem o recurso da imagem.

2 A informação como necessidade social

Na década de 70, foi descoberto o “homem social”, que começou a conceder uma importância concreta ao fato de o homem ser ao mesmo tempo o produto e o criador de sua sociedade. As décadas anteriores 50 e 60 a preocupação era com o conhecimento, e, às vezes, com o melhoramento de tudo o que rodeia o homem, como planejamento econômico, o urbanismo, o combate a poluição ambiental, a racionalização do trânsito, os sistemas de comercialização em grande escala. Na década de 70 tomou-se em conta que ele está rodeado pelo meio ambiente físico mas, sobretudo, pelo meio ambiente social, composto por outras pessoas com quem ele mantém relações de interdependência (Bordenave,2006, p.7)

A evolução das tecnologias da informação mudou a forma como as pessoas têm acesso e lidam com a informação. Ela surgiu no séc. XIX, com o jornal diário, mas se consolidou no séc. XX com o rádio, o cinema e o meio de comunicação de massa por excelência, a TV. A comunicação de massa é a comunicação feita de forma industrial, ou seja, em série para atingir um grande número de indivíduos. Numa visão apocalíptica, ela é uma conversão da cultura em mercadoria, utilizada pelas classes dominantes de forma vertical para homogeneizar as massas. A Indústria Cultural é consequência da industrialização e do desenvolvimento de uma cultura de mercado e exerce um poder alienante sobre as massas. A partir daí os comunicólogos aplicam teorias para essa massa como a teoria de Dependência de Mídia que de acordo com DeFleur e Ball-Rockeach(1993, p.338), um sistema de mídia é indispensável às sociedades atuais, para a organização social e a conduta de atividades essenciais como a produção e a integração. Além disso, os autores acreditam que os indivíduos criam a dependência dos meios de comunicação, pois busca nela compreensão, orientação e divertimento.

O telégrafo, o telex, o rádio, a televisão, o fax e, recentemente a Internet, abriram um mundo novo, possibilitando ao ser humano receber em pouco tempo um

volume de informações que até então não tínhamos nem imaginado, podemos dar um exemplo para que fique claro como esta evolução se lançou rapidamente. Há 10 anos mandávamos cartas através do Correio que dependesse o lugar demorava dias para chegar. Agora com a chegada da internet podemos enviar mensagem eletrônica que com apenas um click o receptor, recebe em segundos.

Essa aceleração da informação trouxe enormes benefícios em termos de avanço científico, comunicação, lazer, processamento de dados e busca do conhecimento. Mas também trouxe o bombardeio de informação. A máquina, substituindo o papel, passou a ser a forma mais prática e fácil de acumular e gerenciar dados. A máquina passou a ajudar o homem a se lembrar, ampliando a capacidade de memória. A informação é uma necessidade para todos nós.

A informação que vale neste instante pode não valer no próximo e, olhe lá ela, voltando, travestida de novidade verdadeira em apenas um segundo.

O jornalista tem uma importância fundamental quanto ao abastecimento das informações. Com as novas tecnologias da informação, ele perde sua autonomia em relação a produção de informação, atualmente as pessoas participam ativamente, por exemplo, no episódio do alagamento de Pernambuco, as imagens da tragédia chegaram na internet com vídeos amadores antes de qualquer veículo de comunicação.

Esse cenário de caos é uma das faces da sociedade da informação, que uniu a era da informática ao consumismo desenfreado. A informação é processada de forma industrial: produzida, montada, embalada, enviada e vendida como unidade autônoma e separada de qualquer contexto, transforma-se em objeto de consumo imediato, as pessoas não tem mais tempo para questionamentos, uma noticia cobre a outra, devido as atualizações constantes.

2.1 A importância do jornalismo.

A comunicação é de suma importância para a vida do ser humano. Sem o relacionamento não se faz nada, desde as coisas simples como fazer compras, estudar, ir ao médico, sempre é necessário um diálogo.

Para um deficiente visual, de que adianta um jornal ou uma revista impressa? Em suas mãos nada mais são do que um material conhecido como papel, para ele não tem valor informativo nenhum. Ele pode saber o português, que é a língua utilizada pela publicação, mas ele não enxerga. Portanto, através desse meio será impossível passar

algum tipo de mensagem para o indivíduo, a menos que alguém se habilite a ler para ele. Porém, para que haja realmente uma inclusão do deficiente é necessário independência em diversos setores da vida, inclusive e principalmente na obtenção de informação dos acontecimentos que norteiam a vida de todos.

O rádio é um veículo utilizado pelos D.V., mas, suas funções estão direcionadas à propagandas comerciais, divulgações de músicas e alguns assuntos da atualidade sem muita profundidade. Com isso, o D.V. fica sem disponibilidade de informações próximas e do mundo pelo fato do rádio possuir uma restrição geográfica ficando seu alcance limitado àquela região.

Vivemos na sociedade da informação e quem não tem acesso a ela sofre um novo tipo de marginalização, de exclusão. E nesse contexto, o jornalista tem papel fundamental na disseminação da notícia, da informação. O jornalista é a ponte entre o acontecimento e a sociedade, é o tradutor entre o conhecimento científico e os leigos. É ele que de maneira objetiva e clara passa a população as informações necessárias para seu dia-a-dia, além de formador de opinião e de senso crítico de seus consumidores.

Não podemos também ser inocentes. Por trás de cada notícia há o interesse do jornal, do proprietário do veículo, pois como qualquer outra empresa precisa de capital para manter-se, precisa de lucro para sobreviver. O jornalista também tem sua bagagem cognitiva, suas crenças, suas escolhas de vida, portanto, muitas vezes não é imparcial, como pede a profissão. E como não ser? Em um mercado tão concorrido como o jornalismo, que começa desde o vestibular para ingressar em uma universidade.

“O jornalismo é uma arte, uma técnica e uma ciência. No julgamento do cético, porém, é um tipo qualquer de comércio. No do idealista, significa compromisso e privilégio” (Juarez Bahia, 2009, 19). Por mais que tente, o jornalismo não é totalmente imparcial, mas sem dúvida, é melhor do que a censura. Experiência vivida pelo Brasil e por outros países, mostram que o povo fica muito mais a mercê dos maus políticos e de pessoas que querem cobrir suas atrocidades. Quando não se tem voz em um país, ele não se desenvolve, não há contraponto, não há como melhorar. O jornalismo tem também uma função social, de alertar, de chamar a atenção do público para o que está acontecendo ao seu redor e que pode ser prejudicial à sociedade. Os meios de comunicação mais respeitados, com grande credibilidade são aqueles que denunciam, e que mostram as várias faces da história.

3 Direitos e Garantias

Quando falamos em direito, sabemos que existem muitos e em todas as esferas da sociedade. Sabemos também, que muitos não atingem seus objetivos, pois não saem do papel, até mesmo por desconhecimento da própria população. No dia-a-dia, quanto mais informados formos sobre nossos direitos, e isso nos afetar diretamente, iremos cobrá-lo e buscar mudanças. Nesse caso a mídia, e principalmente a grande mídia, ajudam e muito. Quantos problemas rotineiros são relatados nos meios de comunicação de massa e como um passe de mágica é solucionado? É o eletrodoméstico que veio com defeito e o consumidor não consegue trocar, é o remédio que falta no posto de saúde, mas que é vital para a vida dessa pessoa, é o bairro que por mais que seu asfalto tenha sido prometido em diversas campanhas eleitorais, não sentiu sequer o cheiro do piche. E assim por diante.

E quando o problema está ligado à mídia, o que fazer? No Brasil, a maioria esmagadora de políticos possui concessão de canais e redes de televisão e rádio, além de jornais. Quando forem votar algum projeto, que após muitos impasses chega até eles, propondo alguma mudança, como a audiodescrição citada neste capítulo, o que eles irão fazer? Irão votar contra, irão “empurrar com a barriga” e segurar a divulgação na mídia o máximo que puderam. Atualmente com as mídias alternativas e a internet, é mais difícil o assunto não ventilar, mas é com menos intensidade do que nos grandes meios de comunicação de massa.

A Constituição de 1988 dedicou vários artigos às pessoas com deficiência. São exemplos o artigo 7º, XXXI; artigo 23, II; artigo 24, XIV; artigo 37, VIII; artigo 203, V; artigo 227, p. 2º e o artigo 244. Eles tratam de pontos tão variados como a proibição da discriminação no tocante a salários e a admissão ao trabalho, saúde e assistência pública, proteção e integração social, o acesso a cargos e empregos públicos, garantia de salário mínimo mensal à pessoa com deficiência carente de recursos financeiros e a adaptação de logradouros, edifícios e veículos para transporte coletivo. Porém, nenhum artigo da Constituição trata especificamente do direito à comunicação das pessoas com deficiência. Ele está, porém, absolutamente garantido pela Carta Magna, por meio de princípios fundamentais, como a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) e de direitos e garantias fundamentais, como a absoluta igualdade de todos perante a lei (artigo 5º). Mas como garantir essa igualdade se o acesso às informações é absurdamente diferenciado?

Todos têm direito à informação, à comunicação (Anexo 1). O primeiro documento que merece menção é o decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999. Ele

regulamentou a Lei n. 7853, de 24 de outubro de 1989. Em seu artigo 46, o decreto referido dispôs que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos por ele abordados, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, várias medidas, entre elas a prevista pelo inciso I: promover o acesso da pessoa portadora de deficiência aos meios de comunicação social.

De 19 de dezembro de 2000, a Lei n. 10098, em seu artigo segundo, letra "d", afirmou o conceito de "barreiras nas comunicações", para os fins nela estabelecidos: "...qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa”.

O capítulo VII da mesma lei, que recebeu o título "Da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização", dispôs, em três artigos distintos, o seguinte: "Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

De 2 de dezembro de 2004, o Decreto n. 5296 contém o importante Capítulo VI, intitulado "Do Acesso à Informação e à Comunicação”, com os principais artigos: "Art. 47. No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis. Art. 51. Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia celular que indiquem, de forma sonora, todas as operações e funções neles disponíveis no visor. Art. 52. Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual.

Art. 56. O projeto de desenvolvimento e implementação da televisão digital no País deverá contemplar obrigatoriamente os três tipos de sistema de acesso à informação de que trata o artigo 52.

Art. 58. O Poder Público adotará mecanismos de incentivo para tornar disponíveis em meio magnético, em formato de texto, as obras publicadas no país.
§ 1 A partir de seis meses da edição deste decreto, a indústria de medicamentos deve disponibilizar, mediante solicitação, exemplares das bulas dos medicamentos em meio magnético, braille ou em fonte ampliada.

§ 2 A partir de seis meses da edição deste decreto, os fabricantes de equipamentos eletroeletrônicos e mecânicos de uso doméstico devem disponibilizar, mediante

O governo federal, após a lei supracitada em 2004 entrar em vigor, desenvolveu o e-MAG (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico) que “consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação”. Para que esse processo torne realidade foi criado o "Da Silva" um avaliador (software) que detecta um código HTML e faz uma análise do seu conteúdo, verificando se está ou não dentro de um conjunto de regras que auxilia as pessoas que desenvolvem sites para a Internet e tenham a necessidade de torná-los acessíveis. A análise é feita usando as regras de acessibilidade do WCAG e E-GOV que oferece recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas com o objetivo de aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal.

De uma maneira geral estas potencialidades que as novas tecnologias e o governo federal oferecem para a acessibilidade na web, são poucos procurados pelos produtores de site que acaba por não optar estas regras de acessibilidade oferecidas pelo governo, discriminando esta parcela da população que têm mais dificuldades no acesso, pois, a maioria das páginas é fortemente visual.

Leis têm muitas, porém falta vontade política para colocá-las em prática. Vontade dos próprios políticos - proprietários de meios de comunicação, que precisam enxergar na inclusão uma forma de lucrar e não só de investir. Mas para o político, o que tem que importar, é que a lei seja fiscalizada e cumprida para que os 750 mil brasileiros deficientes visuais possam ter uma vida mais completa, inserido na sociedade de massa, globalizada, da informação.

4 A realidade dos deficientes visuais diante dos Meios de Comunicação

Hoje, vemos a necessidade da adaptação dos meios aos deficientes, particularmente neste trabalho abordamos o deficiente visual. E isso ocorre vagorosamente. O rádio e a televisão são incompletos para um entendimento com qualidade da notícia, da informação veiculada.

No caso do rádio, que é um meio de informação bastante antigo e popular, suas principais características são matérias enxutas, entretenimento e música, uma entrevista, por exemplo, dificilmente ultrapassa 1 minuto e meio de duração. É uma mídia que passou por transformações e que cada vez mais necessita de dinamismo para que não se torne cansativo e disperse o ouvinte, que tem outras opções para se informar. Outra questão é no sentido geográfico. A rádio local atinge uma pequena porcentagem do que a internet, portanto um site se torna mais abrangente, pois alcança mais longe. Embora nossa proposta seja para um veículo regional, é sempre bom saber o que passa no lugar onde nasceu, onde mora sua família, é também uma forma de visualização para o local em questão.

Na televisão a informação também é enxuta, porém a imagem complementa o áudio. O que para o deficiente visual é inútil ou até mesmo pior, pois não são transmitidos alguns detalhes que seriam colocados no rádio, por exemplo. Com as novas tecnologias está cada vez mais fácil utilizar de novas formas para que o deficiente visual seja inserido na sociedade, e a comunicação é de suma importância para tal. O closed caption, por exemplo, já é bastante conhecido, pois descreve o áudio para que os deficientes auditivos possam acompanhar o programa, o telejornal o filme ou até mesmo a novela preferida. Em alguns casos, podemos ver uma janela no canto do televisor com um intérprete de Libras.

Para os deficientes visuais existe o recurso da audiodescrição, porém, ainda não foi colocado em prática. Esse sistema traduz e ajuda pessoas com deficiência visual a assistir filmes e peças de teatro. A descrição de uma cena para outra é realizada verbalmente. Segundo especialistas, uma cena repleta de efeitos especiais de Avatar, por exemplo, pode ser descrita pela velocidade dos acontecimentos e uso das cores envolvidas. Mas esta realidade ainda está longe de acontecer. Em dezembro de 2000, a Lei 10.098 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nos meios de comunicação. Em outubro de 2005,

o Comitê Brasileiro de Acessibilidade da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) publicou a NBR 15 290, estabelecendo os parâmetros técnicos para a produção da audiodescrição, closed caption e janela com intérprete de Libras na programação das emissoras brasileiras de televisão. Na prática, essa lei não funciona totalmente.

Usando um recurso multimídia como o computador, criar e adaptar programas facilitam a vida dos deficientes visuais, como é o caso de Anderson Fonseca, que perdeu a visão em um acidente automobilístico, e com a ajuda de programas específicos como o Dosvox que o auxilia na leitura de tela, pode estudar Direito, um curso repleto de livros obrigatórios, os quais ele consegue na Internet. Garante que seria muito mais difícil a aprendizagem em braille, tanto pela velocidade de leitura, quanto pelo volume de papel que um livro de Braille ocupa, cerca de 5 páginas de um comum. A Internet é o meio de comunicação que tem muito ainda a ser explorado.

Hoje, uma alternativa para quem está cansado de esperar, mostra cada vez mais seu potencial para a disseminação de informação. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população brasileira é composta por portadores de deficiência e cerca de 750 mil são deficientes visuais. Desses, 3 mil têm acesso ao computador e a internet. Portanto, sabemos que os dados de acesso à rede mundial de computadores não contam os internautas que fazem uso de lan house ou de locais públicos para o acesso o que tornou muito mais fácil sua utilização, necessitando apenas profissional capacitado para orientação do usuário, seja ele deficiente ou não.

Consideração Final

O deficiente visual e a comunicação social são os temas principais desse trabalho. Temos um conhecimento limitado em relação a programação e macetes da construção de sites. Fica confirmada a necessidade de iniciativas que trabalhem para melhorar o acesso desse público, levando em consideração seus direitos de cidadão. O governo brasileiro tem se mostrado sensível sobre estas questões. Mesmo com a regulamentação em 2004, o estado atual da oferta digital nos portais ainda é bastante deficitário no que diz respeito às questões de acessibilidade. Nem sempre será viável construir um sítio na Internet ideal do ponto de vista de acessibilidade, existem, no entanto, algumas regras básicas e de fácil implementação que, se seguidas por todos, torna de grande importância para a eliminação deste problema e para uma melhor integração de todos na “Sociedade da Informação”.

Por mais que as coisas pareçam difíceis é necessário buscar formas de fazer melhor para que cada vez mais o acesso a informação seja real. É através de estudos e do trabalho científico que o mundo se torna um lugar melhor, desde que haja boa vontade e se queira trazer benefícios a quem convive com tantas restrições diariamente. Esperamos com este trabalho, atingir o maior número de pessoas a fim de que elas abram os olhos para a importância da acessibilidade à informação como forma de inclusão social. Que o deficiente que tem acesso ao conhecimento, entretenimento e informações de forma autônoma tem um crescimento pessoal muito maior e isso reflete diretamente em seu cotidiano. Queremos despertar também, o interesse para novas iniciativas e políticas públicas de comunicação, voltadas às pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Referências

ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. *Pessoa Portadora de Deficiência (Direitos e Garantias)*. São Paulo: Ed Damásio de Jesus, 2005

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

DEFLER, M. L. ; BALL – ROKEACH,S. *Teorias da Comunicação de Massa*. RJ: Jorge Zahar ED., 1993

GRANDI, Antonio Carlos; NORONHA, Paulo. *Informática e deficiência visual, uma relação possível?* São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 2010.

LIMA, Eliana Cunha; NASSIF, Maria Christina Martins; FELIPPE, Maria Cristina Godoy. *Convivendo com a baixa visão: da criança à pessoa idosa*. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008

MACHADO,E.; PALACIOS,M. (org). *Modelos de Jornalismo Digital*. Salvador: Calandra, 2003.

LIMA, Eliana Cunha; NASSIF, Maria Christina Martins; FELIPPE, Maria Cristina Godoy. *Convivendo com a baixa visão: da criança à pessoa idosa*. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008

MACHADO,E.; PALACIOS,M. (org). *Modelos de Jornalismo Digital*. Salvador: Calandra, 2003.

Sites Consultados

www.direitoacomunicacao.org.br. Acesso em 15/03/2011

www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em 15/03/2011

www.intervozes.org.br. Acesso em 15/03/2011

www.mec.gov.br. Acesso em 14/03/2011